

ENTREVISTA com David Santos



David Santos é cara conhecida de muitos de nós, tendo feito notícia a sua demissão do Museu do Chiado em Julho de 2015, cargo que ocupava desde 2013. Foi ainda director do Museu do Neo-Realismo (Vila Franca de Xira). É Historiador de arte e curador de arte moderna e contemporânea, sendo doutorado em Arte Contemporânea pela Universidade de Coimbra, mestre em História Política e Social, pela Universidade Lusófona, pós-graduado em História da Arte e licenciado em História, na variante de História de Arte, pela Universidade Nova de Lisboa. Mas é como subdirector da Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), com responsabilidades atribuídas na área dos museus, cargo que ocupa desde Fevereiro de 2016, que nos concedeu esta entrevista.

Ainda sem uma estratégia tornada pública que estabeleça orientações e metas para a política museológica a ser seguida, David Santos destaca, no entanto, uma das prioridades da DGPC para o campo dos museus e do património: uma “verdadeira” democratização do acesso. Como? No investimento na comunicação das colecções através do digital, na valorização das actividades por via de maior divulgação, nomeadamente publicidade, no estímulo às parcerias e na procura de mais apoios mecenáticos. É de realçar um dado positivo para 2017: a possibilidade de entrarem 37 assistentes técnicos para os museus, palácios e monumentos tutelados pela DGPC, com a abertura prevista de novos concursos públicos.

Ana Carvalho – Foi nomeado subdirector-geral da DGPC em Fevereiro de 2016. Quais são as funções e atribuições do cargo?

David Santos – Em termos gerais e sucintos, diria que como subdirector-geral do Património Cultural com a área dos Museus, Palácios e Monumentos, exerço funções de coordenação da programação geral dessas instituições, procurando atender a todas as ligações entre as suas direcções intermédias e a gestão central da DGPC e do Ministério da Cultura.

Ana Carvalho – Que balanço é possível fazer destes dez meses de trabalho?

David Santos – O balanço é bastante positivo, apesar de ter consciência do muito que falta fazer e do pouco tempo que esta direcção teve para avançar com uma estratégia

própria. Em termos individuais, nestes primeiros meses de acção e desempenho directivo procurei contribuir para a criação de condições que garantissem a execução dos programas dos nossos museus, palácios e monumentos (MPM), contornando algumas dificuldades e apostando numa mais eficaz divulgação de alguns dos seus momentos mais decisivos (desde a Noite Europeia dos Museus, que observou um aumento extraordinário de público, a grandes exposições e eventos ao longo do ano até à reabertura do Museu de Arte Popular). Mas, nesta altura, o mais importante é sublinhar a entrega incedível das equipas dos MPM, dos directores aos vigilantes, que contribuíram de modo decisivo para esta dinâmica cultural, confirmando, uma vez mais, que, apesar das dificuldades que o sector atravessa devido a restrições orçamentais, é possível continuar a realizar um trabalho de referência. Essa dedicação por parte de todos os profissionais, a quem gostaria de manifestar aqui o meu reconhecimento, é um dos principais factores que têm influenciado o crescente número de visitantes nos nossos MPM. No caso dos museus, esse crescimento resulta sobretudo da qualidade das colecções e do programa de exposições temporárias, que reflecte a conciliação da investigação científica com a dinâmica de interesse público. A este respeito, poderei dar como exemplo mais recente, o êxito da exposição *Amadeo Souza Cardoso. Porto/ Lisboa. 2016–1916* que levou ao Museu Nacional de Soares dos Reis, no Porto, mais de 40 mil visitantes e que agora inaugura no Museu do Chiado, prevendo-se igual sucesso. De resto, o crescimento do número de visitantes nos MPM registou em 2016 um aumento de 15,5% em relação ao ano anterior, num total de 4 milhões e 680 mil pessoas. Por isso, tendo em conta o tempo que levo no exercício de funções e tudo aquilo que conseguimos fazer e projectar, só posso considerar como positivo o balanço destes meses de trabalho, lembrando por fim, a dinâmica profissional que resultou da realização em Lisboa, nos dias 13, 14 e 15 de Dezembro último, do *IV Encontro de Directores de Museus de Portugal e Espanha*, no auditório do novo Museu dos Coches. Uma iniciativa que se impunha há muito e que esta direcção fez questão de concretizar ainda em 2016.

Ana Carvalho – Quais os objectivos da política museológica da DGPC a curto e médio prazo?

David Santos – Consignado no decreto-lei 115 de 2012, a DGPC tem por missão assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integram o património cultural imóvel, móvel e imaterial do nosso país, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional. Por isso, cabe a esta Direcção-Geral definir uma estratégia de afirmação dos museus, estabelecer as suas prioridades e implementar um programa geral, atendendo sempre às especificidades de cada uma das instituições por nós tutelada.

O objectivo imediato da actual direcção é promover os museus, palácios e monumentos tendo em conta a valorização das suas colecções e uma maior divulgação dos seus “tesouros nacionais”, por forma a potenciar o valor cultural e patrimonial desse legado. Depois da recente reabertura do Museu de Arte Popular, esta direcção pretende criar condições para uma maior consolidação institucional dos nossos museus, articulando o

apoio orçamental aos programas de actividades e uma maior participação na melhoria e enriquecimento das colecções, isto é, do nosso património museológico.

Ana Carvalho – Quais são as principais prioridades e quais os grandes desafios?

David Santos – O grande desafio, e nessa medida, a principal prioridade será criar as condições para uma verdadeira democratização do acesso ao nosso património cultural, quer através de campanhas de aproximação e de participação real, por um lado, quer, por outro, mediante o investimento qualitativo da comunicação *online* em torno das colecções e do património, promovendo assim uma maior participação virtual, com o objectivo de chamar mais os portugueses a uma cidadania de participação cultural, entendida essencialmente como factor de identidade e de partilha. Para isso, esta direcção está empenhada numa crescente valorização do plano de actividades ao apostar no desenvolvimento consequente da sua maior divulgação, mediatização e publicidade (estratégia que teve já em 2016 alguns avanços com campanhas na televisão, rádio e imprensa), bem como no aprofundamento de uma política de protocolos de mecenato para cada um dos "serviços dependentes" (museus, palácios e monumentos) e outras parcerias com o claro objectivo de incrementar uma profícua participação de outros sectores da sociedade na vida dessas instituições de referência nacional. Deste modo, a divulgação, o apoio mecenático e as parcerias deverão apoiar de modo directo a qualificação dos serviços e do programa dos museus, palácios e monumentos, obedecendo de modo inequívoco a critérios de excelência como veículo de reconhecimento da dimensão nacional desses equipamentos que potenciam a distinção identitária do país e a sua valorização cultural, turística e económica.

Estou certo de que o desenvolvimento de um mais forte processo de consciencialização e promoção do valor específico deste património cultural poderá contribuir para uma maior participação na nossa vida colectiva e, dessa forma, para um melhor exercício da nossa cidadania.

Ana Carvalho – As conclusões de um grupo de trabalho da DGPC noticiava a 7 de Janeiro de 2016 pelo jornal Público algumas conclusões. Entre elas «a menorização da Rede Portuguesa de Museus e dos recursos que lhe estão afectos». Que passos têm sido dados para colmatar esta situação e o que se perspectiva no futuro?

David Santos – Em relação à Rede Portuguesa de Museus (RPM), relembro que o actual quadro institucional português na área da cultura não comporta a existência de uma Estrutura de Projecto RPM e respectiva equipa alargada, tal como foi concebida a Rede aquando da sua criação no ano 2000. No actual contexto orgânico, a DGPC tem procurado executar as respectivas atribuições através de acções desenvolvidas pelo Departamento de Museus, Conservação e Credenciação, das quais destaco o programa de formação anual RPM, que desde 2014 contou com 18 acções de formação sobre temáticas nucleares da actividade museológica e foi frequentado por mais de 400 profissionais de museus; a instrução de candidaturas à credenciação de museus, mais de 30 processos instruídos desde 2013 que resultaram já na integração de dez novos museus na RPM; a articulação, a promoção e a divulgação dos museus que integram a

Rede, através da página do Facebook da RPM, do *website* da DGPC e da plataforma internacional “Registo Ibero-americano de Museus” (Ibermuseum); a prestação de apoio técnico e consultoria especializada a museus da RPM ou em fase de credenciação, quando justificável em articulação com as Direcções Regionais de Cultura, bem como a emissão de pareceres sobre projectos de museus RPM a candidatar a apoios financeiros ou a implementação, em 2016, de uma acção de monitorização dos museus RPM.

Considero que a DGPC tem contribuído para o cumprimento dos objectivos previstos no artigo 103 da Lei-Quadro dos Museus Portugueses - especificamente no que se refere à valorização e à qualificação da realidade museológica nacional; à cooperação institucional e articulação entre museus, à racionalização dos investimentos públicos em museus, bem como à difusão da informação relativa aos museus, à promoção do rigor e do profissionalismo das práticas museológicas e das técnicas museográficas e ao fomento da articulação entre museus. Reconheço que seria desejável que a acção da DGPC neste plano tivesse ainda maior alcance, sendo que esta Direcção-geral prossegue o seu firme compromisso com a RPM, procurando avançar paulatinamente na consolidação dos eixos de actuação já iniciados, não deixando de recordar que o nosso país vive ainda um contexto marcado por adversidades de ordem económica e orçamental.

Ana Carvalho – O mesmo relatório da DGPC sublinhou o envelhecimento das pessoas que trabalham nesta organização e em serviços dependentes: 58% tem mais de 50 anos e apenas 4% se situa no intervalo entre os 25 e os 34 anos. Sendo expectável que até 2020 120 efectivos se aposentem. Abrangendo esta realidade os museus nacionais, o que está previsto para combater esta situação?

David Santos – O panorama descrito nesse relatório plasma uma realidade que é transversal a todo o serviço público estatal e, nessa medida, os serviços centrais da DGPC e os serviços dependentes, isto é, os museus, palácios e monumentos por nós tutelados ressentem-se igualmente de uma situação que tem já muitos anos, mas que neste momento, e a cada ano, se torna mais visível. A resolução, pelo menos parcial, desse problema terá de ser igualmente desenhada a um nível geral, sendo certo que este ano de 2017 vamos ter, conforme anunciado pelo Sr. Ministro da Cultura, e entretanto já publicados em Diário da República os primeiros concursos, um reforço de pessoal de cerca de 37 novos profissionais, ao nível de assistentes técnicos para os museus, palácios e monumentos. Apesar de não resolver todos os problemas dos nossos espaços ao nível das áreas de vigilância e de recepção, permitirá, contudo, uma maior margem de manobra e gestão de serviço em várias das nossas instituições.